

Índios conseguem vitória em acordo na Constituinte

Da Sucursal de Brasília

Somente às 19h50 de ontem as lideranças partidárias no Congresso constituinte chegaram a um acordo para a votação do capítulo "Do Índio" do projeto de Constituição. O texto final, fusão de várias emendas apresentadas ao capítulo, não estabelece distinção entre índios aculturados ou não, o que representou uma conquista das entidades indigenistas e das comunidades indígenas. O texto do acordo será colocado em votação após aprovação do substitutivo do Centrão sobre o tema, que deve ocorrer na sessão de hoje. O acordo reconhece aos índios "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

A distinção feita entre índios aculturados e não aculturados que foi suprimida pelo acordo de ontem era o principal ponto de discórdia entre o Centrão e o PMDB — que queria a supressão —, previa que os índios aculturados, isto é, conhecedores dos valores culturais do "homem branco", perderiam os direitos especiais reservados aos índios.

O texto do acordo determina que a exploração de recursos em terras



Índios aguardam, na ante-sala da liderança do PMDB (esq.), a definição de acordo, enquanto os parlamentares discutem no gabinete de Covas (dir.); o cacique Mário Juruna participou do encontro



indígenas, incluída a mineração, depende de autorização do Congresso Nacional, "ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei". A prioridade de cooperativas na concessão para pesquisa e lavra de jazidas nas áreas onde já estejam atuando, aprovada no Título "Da Ordem Econômica e Financeira", não valerá para as áreas indígenas.

O líder do PMDB no Congresso constituinte, foi pessoalmente à antessala do seu gabinete para anunciar o acordo aos representantes de cerca de 50 tribos indígenas que aguardavam a decisão. Segundo o deputado Tadeu França (PMDB-PR), da Frente Parlamentar do Índio, "não é o acordo ideal, mas é o possível".

O texto acordado veda "a remoção

dos grupos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam, salvo "ad referendum" do Congresso Nacional, nos casos de catástrofe ou de epidemias que ponham em risco sua população, e, nos casos de interesses da soberania nacional, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer caso, o retorno imediato tão logo cesse o risco".

A liderança do PDT, através do deputado Amaury Muller (RS), as-

sinou "sob constrangimento" o parágrafo 4º. Este dispositivo determina a nulidade dos atos de ocupação, domínio e posse das terras "tradicionalmente ocupadas pelos índios", excetos quando houver "relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar".

Dança

Sentados no auditório anexo à

liderança do PMDB, os índios se irritaram ao saber que constituintes não estavam aceitando a igualdade de direitos entre índios aculturados e não-aculturados.

Então, numa sequência de gritos e cantos, dançaram e entoaram o Ngiorokre, a dança de guerra. Quando vieram notícias favoráveis, os índios dançaram o Kwyrkangó, festejando a alegria.

Mailson critica emenda que anistia dívida de microempresários

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez ontem severas críticas à emenda apresentada pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) às Disposições Transitórias da nova Constituição, que elimina a cobrança da correção monetária sobre os empréstimos efetuados a pequenos agricultores e a micro e pequenas empresas até 31 de dezembro passado. "A anistia é uma sandice do ponto de vista econômico, embora possa não ser do ponto de vista político", disse o ministro durante palestra na 11ª reunião plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos.

"Trata-se de uma expropriação das instituições financeiras, que poderá quebrar os bancos e a economia brasileira ou quebrar o Tesouro Nacional", afirmou o ministro. Pelos seus cálculos, o perdão da correção monetária significaria uma perda de recursos da ordem de US\$ 2 a 3 bilhões, que teriam que ser cobertos pelos bancos ou pelo Tesouro. Caso o ônus recaísse sobre as instituições financeiras, Mailson prevê a falência das instituições localizadas em regiões menos desenvolvidas e dos bancos estaduais. Se a cobertura do rombo coubesse ao Tesouro, poderia haver uma desorganização total da economia, segundo o ministro.

Discriminação

Mailson da Nóbrega taxou a proposta como "discriminatória" do ponto de vista social. Seu argumento é de que não se poderia privilegiar um grupo que tem poder de pressão sobre o Congresso constituinte em detrimento do trabalhador, que não tem a prerrogativa de ver anisteados seus débitos junto ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

As "extravagâncias" cometidas pelos constituintes, como a limitação dos juros reais bancários em 12%, podem ser revistas no segundo turno de votação do texto constitucional, na opinião de Mailson. Na sua avaliação, essas atitudes se devem a uma visão equivocada dos parlamentares, que tentam resolver hoje problemas que o Brasil enfrentava na década de 30 ou 40.

Apesar das críticas, o ministro da Fazenda afirma que não se deve condenar o trabalho constituinte, pois ele tem "pontos altíssimos": o novo sistema orçamentário, que estaria entre os mais desenvolvidos do mundo, e o sistema tributário, que apesar de ser bom, tem problemas na partilha dos recursos.



Albano Franco, Mailson da Nóbrega, Luís Eulálio Vidigal, Paul Orefice e Amaury Temporal na reunião do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos

Empresários do Brasil e EUA criticam Constituinte

Da Sucursal de Brasília

A abertura da 11ª reunião plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, ontem, em Brasília, transformou-se numa sessão de críticas a algumas das decisões mais polêmicas do Congresso constituinte. "Reservamo-nos, como empresários brasileiros, o direito de discordar de um conjunto de decisões votadas no primeiro turno da Assembleia Constituinte, algumas evadidas do mais puro espírito demagógico e eleitoral", afirmou, em seu discurso, o presidente da seção brasileira do Conselho, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

Os empresários reunidos na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) ouviram a seguir palestras do senador Jarbas Passarinho

(PDS-PA) e dos deputados Ricardo Fiuzza (PFL-PE) e Francisco Dornelles (PFL-RJ). Os dois primeiros foram enfáticos nas críticas a questões como o tabelamento de juros em 12% ao ano, jornada máxima de 6 horas para turnos ininterruptos e a regulamentação da greve. "Estamos empenhados dia e noite na elaboração de emendas supressivas para o segundo turno", anunciou Fiuzza, um dos principais coordenadores do Centrão.

Passarinho, por sua vez, ressaltou que os dispositivos referentes à Previdência levarão ao aumento da contribuição social. Dornelles afirmou que, ao lado das novas despesas, a Constituição deveria prever também as receitas. "Vivemos um ciclo de distributivismo paternalista", comentou Fiuzza.

Entre os empresários brasileiros, a expectativa pelo segundo turno era grande. "Ainda podemos aperfeiçoar o texto, tirando as coisas mais assustadoras", disse o presidente da CNI, senador Albano Franco (PMDB-SE). "Haverá repasse aos preços", previu o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, referindo-se aos direitos trabalhistas na nova Carta.

Os parlamentares presentes, no entanto, mostraram-se cautelosos quanto ao segundo turno. Concordaram que apenas as matérias em que haja consenso para a retirada serão eliminadas. A limitação dos juros reais em 12% foi citada por Fiuzza e Passarinho como exemplo. O deputado pernambucano classificou a proposta do deputado Fernando

Gasparian (PMDB-SP), aprovada pelo plenário, como "aberração".

Os empresários norte-americanos presentes ao encontro evitaram comentar as decisões constitucionais. "É um assunto dos brasileiros", disse o presidente da seção americana do Conselho, Paul Orefice. Para o ex-embaixador dos EUA no Brasil, Anthony Motley, os investidores vão aguardar a conclusão dos trabalhos da Constituinte para analisar seus planos no Brasil.

Tanto os empresários brasileiros quanto os norte-americanos foram unânimes em elogiar a nova política industrial anunciada pelo governo Sarney. "Vai melhorar os investimentos e o comércio", disse Orefice. Para Albano Franco, a prioridade deve ser a diminuição das disputas comerciais entre Brasil e Estados Unidos.

Reagan pede maior abertura do mercado

Da Sucursal de Brasília

O presidente dos EUA, Ronald Reagan, espera que os empresários brasileiros e norte-americanos encontrem caminhos para a abertura do mercado brasileiro a maiores investimentos dos EUA. A posição de Reagan foi manifestada em carta aos participantes da 11ª reunião plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos.

Na carta, Reagan defende o incremento do comércio entre os dois países, aproveitando para condenar a "crescente onda protecionista no mundo". Para Reagan, um esforço em favor dos princípios do "comércio livre e justo" produzirá benefícios para ambas as economias.

Reagan destacou ainda as declarações do então presidente Sarney sobre a importância do setor privado na economia. "O presidente Sarney falou em nome de muitos", assinala a carta, repetindo uma frase de seu colega brasileiro: "No Brasil, aprendemos que, toda vez que cresce a intervenção do Estado na economia, nossa liberdade diminui".

A mensagem de Reagan foi lida aos presentes pelo presidente da seção norte-americana do conselho, Paul Orefice. (Andrew Greenlees)

A carta do presidente

"Saúdo os membros do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos no momento em que se reúnem para a 11ª sessão plenária, em Brasília.

"Sua organização tem desempenhado importante papel no fortalecimento dos laços comerciais entre nossos países, além de contribuir para uma melhor compreensão da importância vital do setor privado no desenvolvimento econômico. O presidente Sarney falou em nome de muitos quando afirmou que a iniciativa privada é o motor do desenvolvimento econômico. No Brasil, aprendemos que, toda vez que cresce a intervenção do Estado na economia, nossa liberdade diminui".

"A crescente onda protecionista no mundo representa uma ameaça ao desenvolvimento e à prosperidade global, inclusive do Brasil e dos Estados Unidos. Eu os encorajo a explorar caminhos que abram o mercado brasileiro a maiores investimentos norte-americanos, bem como os que levam ao incremento do intercâmbio comercial e a avanços nos princípios do comércio livre e justo. Isto beneficiará as economias de ambos os nossos países.

"Recebam meus melhores votos de sucesso para a reunião. Deus os abençoe."
"Ronald Reagan"

Waldir quer apoio de Ulysses para mudança na cúpula peemedebista

Da Sucursal de Brasília

O governador da Bahia, Waldir Pires, que deseja eleger uma nova direção nacional do PMDB em agosto, expurgada de peemedebistas do Centrão e de cincoanistas, disse ontem: "Espero que Ulysses esteja conosco." Na véspera, em surpreendentes declarações ao retornar do Rio à Bahia, o governador defendeu uma renovação "inclusive da direção nacional, embora o presidente Ulysses seja uma figura da mais alta responsabilidade, no momento, no PMDB". Ontem, Waldir ressaltou que havia dito também que "preserva" Ulysses.

É claro o movimento do governador da Bahia, que se ressentido do isolamento e do que considera falta de solidariedade do PMDB em relação às suas posições de distanciamento do governo Sarney. Waldir bateu nessa tecla, para que não existam dúvidas quanto à sua posição, e, em seguida, deixou claro que deseja ter Ulysses do seu lado.

Ontem à noite, o governador recebeu um telex de 40 linhas, enviado pelo deputado Jorge Hage (PMDB) contendo a posição que defendem Hage e outros dissidentes que pretendem "limpar" e permanecer no PMDB. Hélio Duque (PR), Francisco Pinto (BA), Antonio Mariz (PB) e o senador Nelson Wedet-



O governador Bahia, Waldir Pires

kin (SC) não aceitam compor com peemedebistas do Centrão e cincoanistas uma chapa para a direção nacional. Waldir, pelo telefone, explicou a mesma posição a Hage e o mesmo pensa a maioria dos 50 dissidentes que não deseja deixar o partido.

Resistências

Existem resistências localizadas,

Novo partido não preocupa Sarney, afirma Álvaro

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney acredita que o racha do PMDB trará uma homogeneidade benéfica para o governo e até mesmo para o partido, segundo disse o governador do Paraná, Álvaro Dias (PMDB), ao deixar o Palácio do Planalto ontem de manhã. O governador afirmou que a divisão do partido é totalmente irreversível, mas isto não preocupa o presidente que entende ser normal o surgimento de novos partidos, "até em função de interesses localizados".

O governador disse que Sarney deverá continuar sendo o presidente de honra do PMDB, embora esta questão não tenha sido discutida durante a sua audiência. Ele disse ao presidente que lutará na convenção do PMDB, marcada para 21 de agosto, para que haja uma unidade de apoio ao governo após o encerramento do Congresso constituinte.

Santillo

O governador de Goiás, Henrique Santillo (PMDB) defendeu ontem no Palácio do Planalto a elaboração de um programa emergencial de governo, de caráter suprapartidário, para vigorar até o fim do mandato do presidente José Sarney. Santillo reuniu propostas de 16 governadores para o programa.